

# CADÊ O ORÇAMENTO PRA SAÚDE?



## SINTRAJUD BUSCA MAIS RECURSOS PARA BENEFÍCIOS

### ASSEMBLEIA GERAL SÁBADO, 30/09, 14:00

REUNIÃO VAI DEBATER LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS  
SERVIDORES E ELEGER DELEGADOS À PLENÁRIA DA FENAJUFE



# Auxílio-moradia de juízes completa 3 anos sem julgamento

Benefício pago a magistrados e procuradores faz 3 anos representando mais do que um escândalo moral

Completo três anos, no dia 15, o pagamento mensal de auxílio-moradia a magistrados e procuradores com base nas liminares concedidas pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal. Passaram-se 1.095 dias sem que o ministro do STF cumprisse o que determina o inciso IV do artigo 21 do Regimento Interno do tribunal do qual faz parte, que determina a submissão de decisões monocráticas como essa ao colegiado, seja ao Pleno dos 11 ministros ou mesmo à turma.

Mais do que um benefício excessivo ou, para muitos, escandaloso, o pagamento do auxílio-moradia ao longo desses 36 meses a juízes e procuradores carrega em si outro significado: a solução por cima, unilateral, corporativa e restritiva para o problema salarial decorrente dos cortes orçamentários impostos pelo Executivo ao Poder Judiciário.

Por mais que a Advocacia-Geral da União conteste formalmente o benefício, concedido indiscri-



minadamente a juízes com altos salários e mesmo com residência própria, ficou evidente o acordo tácito entre os Poderes para aplacar os ânimos da magistratura e assegurar a continuidade da política salarial que congelou os rendimentos dos servidores por mais de dez anos e barrou, desde 2010,

as sucessivas tentativas de se aprovar uma revisão mais significativa dos planos de cargos e salários.

As relações temporais e factuais da entrada do reforço de R\$ 4.377,73 nos contracheques da magistratura não parecem aleatórias. Ao contrário, as decisões de Fux ocorrem em setembro de

2014, quando se consolidava a rotina de a Presidência da República tesourar a proposta orçamentária enviada pelos tribunais à Fazenda.

Enquanto servidores lutavam, sem sucesso, para evitar que, por mais um ano, a história se repetisse e o chefe do Poder Executivo vetasse a possibilidade de recomposição salarial, o andar de cima dava seu jeito para amenizar o congelamento imposto pela política econômica do governo da época – o de Dilma Rousseff (PT), que tinha na vice-presidência o atual titular do cargo, Michel Temer (PMDB), sempre fiel na defesa da política de austeridade seletiva.

A existência de um acordo velado ficou evidente quando, em janeiro de 2016, a então presidente permitiu por meio de medida provisória (MP 711) a abertura de crédito extraordinário de R\$ 419 milhões no orçamento para cobrir o pagamento de auxílio-moradia a magistrados e procuradores, em meio ao corte de recursos e contenções de despesas nos tribunais.

## DIA DE LUTA

**14/09** – Servidores do Judiciário paralisaram as atividades e participaram de uma manifestação em frente ao Fórum Pedro Lessa, na Av. Paulista, contra as reformas de Temer. Como parte do Dia Nacional de lutas, servidores do TRT fizeram uma paralisação de 24h, já no TRF, JF e JEF, servidores pararam por 2 horas.



## Assembleia no dia 30 discute plano de luta contra o “desmonte”

Servidores também elegem representantes para a Plenária da Fenajufe

No sábado, 30, os servidores vão discutir em assembleia geral um plano de lutas contra as reformas do governo Temer e o desmonte do serviço público. A atividade acontece às 14h, na sede do Sintrajud (Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar).

O objetivo é impulsionar a resistência da catego-

ria aos projetos que visam retirar direitos dos trabalhadores e precarizar o serviço público.

A assembleia também elegerá representantes para a XXI Plenária Nacional da Fenajufe, que acontecerá entre os dias 9 e 12 de novembro, em Campo Grande. Participe!

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP 30/09/2017

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais e em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 30 de setembro do ano corrente, a partir das 14h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número. A assembleia será realizada no auditório do SINTRAJUD/SP, situado a Rua Antônio de Godoy, nº 88, 15º andar, Centro, São Paulo/SP.

#### PAUTA:

1. Informes e calendário de mobilização;
2. Deliberação sobre o indicativo de mobilização/paralisação/greve, entre outras atividades - Contra o desmonte do Serviço Público;
3. Eleição de delegados(as) à XXI Plenária Nacional da Fenajufe – de 9 a 12 de novembro de 2017, Hotel Deville Prime Campo Grande (Avenida Mato Grosso, 4250, Campo Grande/ Mato Grosso do Sul.
4. Propostas remetidas da Assembleia Geral Extraordinária do dia 16/09/2017;
5. Outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 21 de setembro de 2017.

Tarcísio Ferreira - Coordenador Geral  
Lynira Rodrigues Sardinha - Coordenadora Geral  
Lucas José Dantas Freitas - Coordenador Geral



# Sintrajud vai a Brasília defender reajuste dos benefícios

Em reuniões nos tribunais superiores e conselhos, Sindicato contesta política do Judiciário para orçamento

Representantes do Sintrajud e de outros sindicatos do Judiciário Federal e do MPU defenderam a valorização dos benefícios sociais dos servidores em reuniões nos conselhos e tribunais superiores. Eles sustentaram uma interpretação da emenda constitucional que congela o orçamento – a Emenda 95 – distinta da que vem sendo adotada pela cúpula e pelas áreas técnicas desses órgãos.

“Apresentamos outra interpretação da Emenda”, relata Claudia Vilapiano, diretora do Sintrajud e servidora da JF/Campinas. “Eles colocam o PCS dentro do nosso orçamento dos próximos anos – uma visão que vem do [Ministério do] Planejamento, mas não é o que diz a lei”.

As reuniões no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), no Conselho da Justiça Federal (CJF), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ocorreram nos dias 19 e 20. Os representantes dos sindicatos foram acompanhados pelo economista Washington Lima, que assessora o Sintrajud.

O objetivo da iniciativa é pautar nacionalmente na categoria um movimento que defenda mais recursos para os benefícios e que conteste o ajuste orçamentário que vem sendo aplicado no Judiciário e no MPU.

## Estudo

Os servidores apresentaram estudos do economista que mostram que há recursos que poderiam ser remanejados para reajustar benefícios sociais, como alimentação, saúde e pré-escolar. Também apontaram o considerável aumento no orçamento dos tribunais em 2017, que contrasta com uma retração nos recursos destinados aos benefícios.

“Os dados que apresentamos não foram contestados”, disse Washington, logo após as reuniões. “A mar-

gem no orçamento é muito grande e o que reivindicamos para os benefícios representa muito pouco diante do orçamento desses órgãos.”

Tanto o economista como os dirigentes sindicais avaliaram que os tribunais superiores assimilaram, aparentemente sem contestação, a política orçamentária determinada pelo governo federal.

“Não tem quem esteja brigando com o Planejamento para que se faça algo diferente disso”, disse Claudia. “Temos uma ministra no STF que não se opõe a essa limitação orçamentária grave que o Poder Judiciário está sofrendo e nem às interpretações que o Planejamento faz da Emenda 95 para aplicação no Judiciário.”

## Ajuste fiscal

Constatou-se que os tribunais, embora tenham um orçamento para 2017 superior ao do ano passado, estão sob determinação de conter os gastos ao limite permanente fixado na Emenda. O orçamento aumentou neste ano porque a Emenda 95 permite que até 2019



Representantes do Sintrajud e de outros sindicatos percorreram CNJ, CSJT, TSE e CNJ

o Executivo transfira aos demais poderes até 0,25% dos seus limites orçamentários.

O problema é que, ao fazer isso, alertam os dirigentes sindicais, a cúpula do Judiciário corrobora uma política de congelamento e ajuste fiscal que prejudica os servidores, os serviços prestados à população e, num futuro próximo, pode até inviabilizar o funciona-

mento dos tribunais.

“A decisão de não reajustar os benefícios é política, e não uma imposição da Emenda 95”, analisou Rafael Scherer, diretor do Sintrajufe-RS. “Seguiremos atentos ao orçamento e não vamos admitir desvios no que se refere aos benefícios”, finalizou Claudia Vilapiano, diretora do Sintrajud.

## Assistência médica mobiliza servidores em todos os tribunais

A questão da assistência médica tem preocupado os servidores de todo o Judiciário Federal e mobiliza a categoria por mais verbas para essa despesa e por mais transparência nos contratos dos tribunais com as operadoras de planos de saúde.

No TRF-3 e na JF da capital e de parte do estado, as mensalidades do plano da Amil aumentaram em até 47% desde agosto, depois de um reajuste de 19% em março. O Sintrajud entregou à Administração do Tribunal um abaixo-assinado com mais de 1.600 assinaturas e agora entrará com ação judicial contra o aumento. No próximo ano, o TRF-3 também deve fazer a licitação de um novo plano.

No TRT, o contrato do plano de saúde teve re-

ajuste de 16,7% a partir de junho. O aumento efetivo para os servidores no plano básico foi de quase 30%, já que a participação do Tribunal no custeio do plano permaneceu praticamente congelada. Em 2018, está prevista a licitação de um novo plano no TRT.

Entre os tribunais do Judiciário Federal em São Paulo, o TRE é o único que não oferece plano de saúde aos servidores, mas apenas um auxílio, de R\$ 215. Os servidores aprovaram em assembleia setorial fazer um abaixo-assinado pela contratação de um plano. A demanda já foi levada à administração por diretores do Sintrajud e servidores que se reuniram com o juiz assessor da presidência do Tribunal.

## Servidores elegem delegados para Congresso da CSP Conlutas

Assembleia teve apresentação das três teses com representantes na categoria

Os servidores do Judiciário Federal elegeram os representantes da categoria que participarão do 3º Congresso da CSP-Conlutas, marcado para 12 a 15 de outubro. A eleição aconteceu no sábado, 16, na assembleia geral, na sede do sindicato.

Representando a pluralidade dos debates no interior da central, durante a assembleia foi garantida a apresentação de teses que serão debatidas durante o Congresso. Foram apresentadas 3 teses e a assembleia elegeu 13 delegados.

A assembleia também aprovou novos limites e critérios para a

contribuição financeira do Sindicato aos movimentos sociais, estudantes e sindicais.

## Sobre o Congresso

O 3º Congresso da CSP-Conlutas deverá apontar novas perspectivas de organização da Central, num momento em que a luta contra as reformas do governo Temer (PMDB) e de seus aliados exigem a unificação da classe trabalhadora e dos movimentos populares. A busca dessa unidade orientou a Central durante seus mais de dez anos de história.

*Leia a íntegra no site.*



Assembleia na sede do Sindicato elegeu 13 delegados



## Sintrajud recorre de liminar que manda suspender greve dos Oficiais da JT

Sindicato também apresenta recurso contra decisão do presidente do TRT que nega reconsideração sobre lotação nas varas

O Sintrajud entrou com recurso contra a liminar que determinou a suspensão da greve dos oficiais de justiça da JT. A decisão foi dada pelo desembargador Valdeci dos Santos, do TRF-3, em ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra a greve, a pedido do presidente do TRT-2.

No agravo, o Sindicato defende a legalidade e a legitimidade do movimento contra o Ato GP/CR 05/2017 do Tribunal, que remove quase metade dos oficiais para varas e impõe prejuízos funcionais e à gestão do trabalho. Também é pedido que a Administração seja instada a negociar com a categoria.

Para o Sintrajud, a decisão é arbitrária por negar o direito de greve e desconsidera as justas razões dos servidores. Além disso, a liminar baseou-se em informação inverídica apresentada pela AGU, de que os serviços teriam sido interrompidos, já que havia contingente suficiente para os serviços urgentes ou inadiáveis. A greve foi suspensa no último dia 13.

Recurso administrativo

O Sintrajud também vai recorrer

da decisão do presidente do TRT-2 que negou pedido de reconsideração pela suspensão do Ato 5. A negativa foi recebida quase dois meses após a apresentação do pedido. O Sindicato chegou a entrar com mandado de segurança para exigir uma decisão.

Na decisão, o presidente do Tribunal diz estar “prejudicado” o pedido de reconsideração em razão da “judicialização da matéria”, referindo-se à ação movida pela AGU. A presidência também não apreciou proposta alternativa de negociação, aprovada em assembleia dos oficiais e apresentada à mesma época.

O Sindicato aponta que a decisão é mais um subterfúgio da Administração para fugir da discussão do tema. A ação não tem por objeto o mérito do ato administrativo, mas apenas a greve, motivo pelo qual não estaria prejudicado o pedido.

O recurso deve ser apreciado pelo Órgão Especial do Tribunal, instância administrativa superior ao presidente. Os servidores questionam as ilegalidades e prejuízos do Ato e insistem na abertura de canal de negociação para solucionar o impasse.

## Pesquisa vai revelar condições de saúde e trabalho dos oficiais

Questionário deve orientar atuação do Sintrajud para fortalecer defesa dos servidores

O Sintrajud quer saber mais sobre a saúde e as condições de trabalho dos oficiais de justiça. Para isso, o Sindicato está preparando um amplo levantamento a partir de respostas dos próprios servidores.



A pesquisa será composta por testes validados cientificamente sobre saúde psíquica do servidor, contexto de trabalho e assédio moral. Além disso, haverá perguntas sobre condições de trabalho específicas dos oficiais de justiça e uma parte com questões sociodemográficas, como idade e tempo de serviço. O questionário será enviado aos oficiais de justiça por email.

Conduzido pelo psicólogo Daniel Luca, assessor do Sindicato na área de saúde do trabalhador, o trabalho deve servir de piloto para uma pesquisa mais ampla, envolvendo todos os servidores do Judiciário Federal.

Por que responder à pesquisa

Segundo o psicólogo, o levantamento se baseia em uma pesquisa realizada pelo Sintrajufe-RS com os servidores do Rio Grande do Sul.

A investigação é fundamental para orientar a atuação do Sindicato no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho para os oficiais e ações específicas voltadas à saúde e à segurança desses servidores.

“Com esses dados, o Sintrajud poderá conhecer melhor o perfil do segmento e atuar de maneira ainda mais firme na defesa dos oficiais”, afirma Daniel Luca.

## Copa Sintrajud: inscreva seu time e venha para a quadra!

Chegou a hora do campeonato de futebol do Judiciário Federal: prazo de inscrição vai até dia 29

Chegou o momento mais esperado do ano para os boleiros do Judiciário Federal: as inscrições para a XII Copa Sintrajud de Futebol Society estão abertas e vão até o dia 29.

Os jogos começam em outubro, durante a semana e à noite. A final

será em um sábado à tarde, provavelmente no primeiro final de semana de dezembro, com um churrasco de confraternização.

Aberto a toda a categoria, o campeonato terá também a participação de prestadores de serviço,

magistrados, procuradores, advogados e trabalhadores terceirizados. Os sócios do Sintrajud não pagam a taxa de inscrição.

Cada time deverá inscrever no mínimo 10 jogadores e não há um número máximo.

Neste ano, a organização do campeonato está a cargo de uma comissão de servidores. Depois do encerramento das inscrições, a comissão vai se reunir com representantes dos times para fazer o sorteio das chaves, montar a tabela de jogos e definir o regulamento.

Se você não tem um time, faça a inscrição individual: basta enviar seu nome para o email da organização (ver abaixo) e a comissão organizadora se encarregará de incluí-lo em um dos times já formados.

Participe! Junte os amigos, venha jogar e se divertir!

### XII COPA SINTRAJUD

**Prazo final de inscrição:** 29 de setembro  
**Local dos jogos:** Playball Pompeia – quadra 8 - Avenida Nicholas Boer, 66 (Final do viaduto Pompéia, esquina com a Av. Marquês de S. Vicente)

#### VALORES

**Servidores sindicalizados:** grátis  
**Servidores não sindicalizados:** R\$ 100,00  
**Prestadores de serviço / Terceirizados:** R\$ 50,00  
**Magistrados / Advogados:** R\$ 120,00  
**Informações adicionais:** Prestadores de serviço devem ter tido vínculo com algum tribunal até dois meses antes da inscrição. Advogados deverão formar times apenas de advogados. Os demais poderão formar times mistos (servidores, prestadores, terceirizados e magistrados). As fichas de inscrição deverão ser entregues a um diretor do Sindicato ou digitalizadas e enviadas ao Sintrajud pelo e-mail [sociocultural@sintrajud.org.br](mailto:sociocultural@sintrajud.org.br)

*Acesse a ficha de inscrição no site do Sintrajud.*



## NÚCLEO DE APOSENTADOS DO SINTRAJUD - NAS REUNIÃO ESPECIAL – 4 DE OUTUBRO

O Núcleo de Aposentados do Sintrajud (NAS), que se reúne todas as quartas-feiras na sede do Sindicato, terá uma reunião especial no dia 4 de outubro, com palestras sobre o impacto das reformas do governo Temer sobre os aposentados e pensionistas. Não perca!

- Orçamento do governo e do Judiciário
- Reforma da Previdência: como ficam nossos benefícios? (\*)
- Verbas para a assistência médica
- Demais lutas da categoria

(\*) com o advogado César Lignelli, do Departamento Jurídico do Sintrajud